

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001661-21.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Raimunda Paula de Oliveira**
Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em abril de 2017 foi a uma agência do réu para sacar os seus proventos de aposentadoria no importe de R\$ 937,00, constatando então que havia disponível a tanto apenas R\$ 1,29.

Alegou ainda que após as providências que detalhou o réu reconheceu a ocorrência de fraude e estornou o montante devido em seu favor.

Salientou que o fato voltou a acontecer nos meses seguintes e em um deles lhe foi dispensado um péssimo atendimento.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que teria suportado.

A leitura da petição inicial evidencia que a pretensão deduzida está alicerçada em quatro fatos, a saber: três saques indevidos de valores diversos da aposentadoria da autora e o mau atendimento que lhe foi dado em uma dessas ocasiões.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Os documentos de fls. 19, 23 e 39 confirmam os saques implementados em face da aposentadoria percebida pela autora junto ao réu, ao passo que o documento de fl. 25 atesta que na data que especifica a autora chegou a uma agência do réu em Matão às 11h:18min.

A esse último aliam-se os de fls. 30 e 31, evidenciando que durante horas a autora precisou pagar pelo estacionamento de seu veículo em local delimitado como "área azul" daquela cidade.

A testemunha inquirida em audiência, ademais, prestou seguro depoimento que respaldou em todos os seus termos a peça de ingresso, valendo registrar que o depoimento foi prestado por pessoa que acompanhou a autora na integralidade do episódio, tendo em vista que a mesma é analfabeta e se valia do auxílio do genro, Sebastião Bueno da Silva.

Em contraposição, o réu não refutou específica e concretamente os fatos que lhe foram imputados, como seria imprescindível, e sequer se pronunciou sobre os mesmos.

Ao contrário, em genérica contestação se limitou a arguir a inexistência de falha de sua parte.

O quadro delineado impõe o acolhimento da dinâmica fática descrita pela autora, seja porque satisfatoriamente amparada na prova produzida, seja porque em momento algum o réu suscitou algo que pudesse apresentar-se como obstáculo a ela.

Assentadas essas premissas, resta saber se em função dos eventos narrados a autora sofreu danos morais e tenho como inafastável essa conclusão.

Na verdade, a efetivação de um saque indevido na aposentadoria da autora já importa em falha do réu, admitida por ele próprio quando estornou em favor dela a quantia correspondente.

Isso, no entanto, voltou a repetir-se nos dois meses subsequentes, o que revela a ausência de medidas eficazes por parte do réu para evitar que o problema tornasse a suceder.

As consequências daí decorrentes dispensam considerações a patenteá-las, pois qualquer pessoa mediana que fique privada da totalidade ou de parte de sua aposentadoria, cujo total era inferior a um mil reais, fica exposta a desgaste de vulto para fazer frente aos seus compromissos financeiros.

Outrossim, o mau atendimento à autora não foi negado pelo réu, não se concebendo que ela permanecesse sem a devida atenção em agência por aproximadamente quatro horas para resolver pendência a que não deu causa.

Isso basta para a caracterização dos danos morais passíveis de ressarcimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 03 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**